

Brasil busca meio-termo para a dívida

ESTADO DE SÃO PAULO

31 AGO 1993

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos aguardará pelo arranjo que o governo brasileiro tentará armar nas próximas semanas com o Fundo Monetário Internacional para decidir se fará a emissão especial de títulos que o governo brasileiro terá de adquirir e entregar aos bancos internacionais em garantia do acordo de renegociação da dívida aos credores privados, já concluído, mas ainda não efetivado. A posição americana provavelmente será comunicada ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, no fim de setembro, em Washington.

Segundo fonte americana, o assunto foi tocado apenas de passagem na conversa que o presidente

nomeado do Banco Central, Pedro Malan, e o novo negociador da dívida externa, André Lara Resende, tiveram ontem com o secretário-adjunto do Tesouro para assuntos internacionais, Jeffrey Shafer. Mas é a grande dúvida que ainda persiste no caminho da finalização do acordo com os bancos. Malan e Lara Resende estiveram também no Federal Reserve, o banco central dos EUA. Nos dois lugares, eles reiteraram os objetivos austeros da política econômica e relataram os avanços que, apesar de todas as dificuldades na área fiscal, o governo vem alcançando no programa de privatização e outros aspectos do Plano FHC.

Diante da relutância do FMI de embarcar num novo programa tradicional de estabilização econômica com o Brasil, os representantes brasileiros informaram aos seus interlocutores que o governo buscará um acordo intermediário, que

seja mais do que uma simples benção de Michel Camdessus, o diretor-gerente da organização, embora menos do que um stand by tradicional, que o País não tem condições de honrar antes da revisão da Constituição ou sem que a classe política se convença sobre a necessidade de uma política efetiva de saneamento das finanças públicas.

Em seu esforço para encontrar um caminho alternativo para efetivar o acordo com os bancos antes do prazo final de 30 de novembro, a equipe econômica pressupõe que o governo dos Estados Unidos e dos demais países industrializados terão em conta o interesse dos bancos de seus países, que estão dispostos a assinar o negócio com o Brasil e encerrar um problema que lhes causa prejuízos e aborrecimentos há mais de dez anos. No entanto, este pode ser um cálculo exageradamente otimista.

Externa
A persistência das más notícias na área da inflação e a instabilidade política em Brasília, ilustrada semanalmente pelos rompantes decisórios do Planalto, não contribuem para o esforço de conclusão do acordo da dívida. Os integrantes da equipe econômica continuam a ser bem recebidos em Washington. Mas a falta de apoio interno para levar adiante uma política antiinflacionária compromete sua credibilidade.

Qualquer que seja o formato do arranjo que será tentando com o FMI, é certo que a organização insistirá num compromisso brasileiro de manter metas fiscais e monetárias austeras e submeter-se a seu monitoramento. "Se o Fundo ficar satisfeito é possível que nós também fiquemos", disse uma fonte oficial americana. Pedro Malan e André Lara Resende reúnem-se hoje com o comitê de bancos credores, em Nova York.